

IDENTIDADE E TRANSGRESSÃO DE GÊNERO EM DONA GUIDINHA DO POÇO

Luciana Martins de Sousa DANTAS
Universidade Federal de Campina Grande-UFPG
luluqueta@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o romance *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva, publicado no ano de 1891, em folhetins, na *Revista Brasileira*, mas o romance só viria a público, em livro, no ano de 1952. Sendo uma obra de caráter regionalista e de aspectos naturalistas, relata um crime passionai que abalou as morais vigentes no século XIX, época que se passa à narrativa. Compreende a análise a construção da personagem Dona Guidinha, como também o contexto ficcional que a constitui. Considerando os traços femininos da protagonista, buscou-se observar através de seu comportamento elementos que remetam ao gênero masculino, revelando como tais indícios são apresentados nas ações da personagem. Como base teórica para esta pesquisa, adotou-se os postulados de Pierre Bourdieu, precisamente, na obra *A dominação masculina*. Constatou-se, através desta pesquisa, que determinados elementos pertinentes ao universo masculino, tais como: força, poder, sexualidade, como forma de dominação, são evidenciados no romance homônimo, através das ações de Dona Guidinha e do discurso do narrador que sinalizam aspectos masculinizados engendrados na condição feminina da personagem.

Palavras-chaves: Dona Guidinha do Poço; feminilidades; masculinidades.

Introdução

O texto literário apresenta um caráter inesgotável em suas possibilidades de análise e interpretação.

De acordo com o contexto e a época a significação do material literário se altera, ou seja, propõe-se uma releitura, pois se apresenta ao olhar do pesquisador como um novo texto, que traz em si características e especificidades imperceptíveis a olhares anteriores. Essa capacidade de dar liberdade à experiência humana é própria da literatura, em que o exercício da vontade e do desejo encontra seu espaço apropriado.

Para tal experiência, fazendo alusão à assertiva de Eco (1990), compreendemos que admitir infinitas potencialidades de um texto não significa que todo ato interpretativo possa ter uma finalização bem sucedida. A seus intérpretes, o texto literário estabelece seus próprios limites, contudo, sem restrições a uma pluralidade de abordagem, seja psicanalítica, seja histórica ou sociológica, e percebendo que nessa dialética essencial, em relação a essa multiplicidade de leituras e abordagens, o texto literário está acobertado na sua autonomia.

Para essa autonomia não podemos abolir os aspectos históricos e sociais como elementos estruturais da obra. Antônio Cândido (2002) intitula de “agente da estrutura” os fatores sociais e psíquicos que agem na organização interna do romance. Aqueles que, unificados, correspondem pelo todo indissolúvel e coeso, no qual, cada elemento vive e atua sobre o outro.

Nesta perspectiva, tencionamos analisar o romance ***Dona Guidinha do Poço***, de Manuel de Oliveira Paiva, que se caracteriza como um dos mais significativos romances da literatura brasileira, pelo modo inovador e tratamento dado aos principais elementos constituintes da narrativa, bem como pela tenuidade na condução de uma temática transgressora para os padrões da época.

O romance narra à curiosa vida de Maria Francisca de Paula Lessa, latifundiária que teve um caso de justiça em Quixeramobim em 1853. Dona Guidinha do Poço, mulher impetuosa, independente e liberal, foi, portanto, um caso verídico transposto para a literatura.

Ambientado numa fazenda do Ceará, **Dona Guidinha do Poço** conta a história de um crime passionai. Margarida de Sousa, ou Guida, herdeira rica e espirituosa, leva uma vida conjugal insípida com Joaquim Barros, homem sem charme, de origem pobre. Mas surge na fazenda o sobrinho do marido, Secundino, foragido da polícia pernambucana por suspeita de assassinato. Surgirá dessa relação com o sobrinho o adultério, que sacode os desejos adormecidos de Guidinha, provocando a ruína da grande propriedade.

Em relação à data exata da escritura do romance, não há uma precisão. Considerando que o autor, Manuel de Oliveira Paiva, falecera em 1892, é favorável que a conclusão da escrita fora 1891, desconhecida do público, até ser descoberta por Lúcia Miguel Pereira, a responsável pela publicação, que arrancou do esquecimento a figura do romancista, projetando-o nas páginas da história do Brasil e figurando em obra publicada por ela, com o título **História da Literatura Brasileira**. Deve-se, portanto, à Lúcia Miguel, em 1960, a publicação e divulgação da obra, bem como de outros escritos do autor. Durante muitos anos, Lúcia Miguel Pereira percorrerá uma grande jornada na tentativa de chegar aos manuscritos do romance, o que representou um dado importante no reconhecimento da nobreza dessa obra literária. O romance de Manuel de Oliveira Paiva se compõe de plena originalidade, num espaço tão previsível e superficial como o que representou o período da estética naturalista. De fato, ao inserir **Dona Guidinha do Poço** nessa estética literária, prática de alguns críticos, é resultado apenas de uma coincidência periodológica.

Manuel de Oliveira foi um participante ativo do levante abolicionista e republicano, juntamente com outros intelectuais cearenses, além de participar dos movimentos sócio-culturais da época. No jornal **O Libertador** colaborou intensamente, fazendo oposição ao sistema político vigente, numa atitude totalmente idealista. Isto posto, não é de se estranhar que sua escrita antecipe uma prosa desinteressada dos modelos naturalistas. Estas, apesar de estarem em aceitação, não se confirmam no cenário brasileiro como cópia de um modelo francês.

1. Pierre Bourdieu: Masculinidades e Feminilidades.

Na década de 90, o sociólogo Pierre Bourdieu lança sua tese da “Dominação Masculina”, na qual descreve as vantagens masculinas, nas relações de gênero, não só em relação às forças físicas, como também às forças simbólicas. Segundo tal tese, dentro do processo histórico humano se constitui e se reproduziu determinadas relações de violência simbólica compartilhada consciente ou inconscientemente entre dominantes e dominados. Nesse aspecto, as relações entre gêneros são, por ele compreendidas, através do conceito de “trocas simbólicas” em que a mulher passa a ser dentro das relações sociais objeto de troca, determinada pelo interesse dos homens, reproduzindo o capital simbólico destes homens e sua dominação masculina.

Pierre Bourdieu (1999) discorre sobre algumas indagações centrais de sua investigação: a intenção metodológica que tem como propósito elaborar as estruturas fundamentais do gênero a partir de um espaço particular, no caso, o espaço Cabila, que constituía uma sociedade camponesa cuja origem, os Kabiles, era uma tribo integrante dos povos bérberes que ocupavam as montanhas Atlas localizadas ao norte da África. A pesquisa de Bourdieu junto ao povoado da Cabília, entre 1950 e 1960, rendeu inúmeras elaborações e reelaborações dada à extensão do trabalho e o tempo a que se dedicou na compreensão da forma de pensar e na base cultural dessa comunidade, que, na sua visão, é uma quase

experiência que estrutura as relações de gênero em várias culturas. A análise descritiva da cultura de um determinado povo organizada pelo autor sobre a “Casa Cabila”, evidencia as múltiplas relações que se estabelecem entre as categorias de pensamento que são próprias desses habitantes, relativas a espaços sociais delimitados como a casa, a aldeia e o cosmos. Examinando os ambientes da casa, o autor identifica uma delimitação minuciosa de uma localidade de homens e mulheres e essa experiência é o que seria próprio a várias culturas. Pode-se afirmar que ambos são definidos como tal na relação entre si, contudo, poderiam existir delimitações quanto ao que é ser homem e o que é ser mulher em cada sociedade.

Segundo Pierre Bourdieu (1999), o gênero se concentra de modo relacional e de uma estrutura de dominação simbólica – os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação e as relações de gêneros estão associadas ao exercício do poder em que “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 1999, p.23).

De acordo com Bourdieu (1999), as diferenças de sexo e gênero integram um conjunto de oposições, uma estrutura de relações correspondentes e interconectadas – fora/dentro, alto/baixo, aberto/fechado, branco/negro, masculino/feminino entre outros – que têm significado antropológico e harmonioso. Essas dicotomias se inserem nas estruturas objetivas e cognitivas, apresentando “em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistema de esquemas de percepção de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 1999, p.17).

A diferença biológica entre os sexos, isto é entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem assim serem vistos como uma justificativa natural da diferenciação social construída entre os gêneros e, especificamente, da divisão social do trabalho. A ordem natural e social é arbitrária, “as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculinos e femininos são uma construção que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica” (BOURDIEU, 1999, p.24) que “condensa duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.” (BOURDIEU, 1999, p.33).

Na visão de Bourdieu (1999), o conceito de habitus refere-se ao sistema de disposição adequado no processo de socialização primária. O *habitus* é uma capacidade cognitiva socialmente constituída, um sistema de percepção, pensamento, apreciação e ação, produto de internalização dos princípios de um arbitrário cultural. Capital cultural corporificado, o habitus expressa uma maneira de ser, um estado habitual ou inclinação, incluindo a autodisciplina e a autocensura. Este processo de socialização, de constituição de habitus de gênero, constrói simultaneamente o indivíduo e o mundo, reproduzindo articuladamente estruturas subjetivas (princípios de visão) e objetivas (princípios de divisão), como nessa abertura.

As divisões constitutivas de ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais postos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções à oposição entre masculino e feminino. (BOURDIEU, 1999, p.41).

Faz sentido pensar mais profundamente em algumas colocações de Bourdieu quando afirma que, nas sociedades por nós conhecidas, a ordem masculina impõe-se como uma evidência natural, não precisa justificar-se e parece ser até mesmo universal. De fato, a ordem masculina respalda nas constituições como a escola, por exemplo, e é perceptível pelos

educadores que todo o sistema educacional exerce uma função indispensável na incorporação das diferenças sexuais como produto de certa hierarquia masculina. Contudo, tais estruturas quando incorporadas, são modificadas pelas experiências vividas coletivamente pelos sujeitos, não são meramente aceitas e reproduzidas. Trata-se de um processo de aprendizagem informal, implícito, cuja expressão é percebida como uma manifestação natural:

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres..., assinalando-lhes lugares inferiores..., ensinando-lhes a postura correta do corpo..., atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas. (BOURDIEU, 1999, p.34)

Trata-se de um constante trabalho de manutenção, de contínua recriação de estruturas objetivas e subjetivas de dominação, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. A ordem masculina tem sido reproduzida mediante as combinações integradas a fatores estruturantes, que convergem para sustentar a reprodução da divisão sexual do trabalho e que, estrategicamente, por meio das instituições reguladoras da sociedade, preservaram, ao longo da história, a teia das relações de dominação entre os sexos. A diferenciação de trabalho em que são submetidos homens e mulheres, de fato, remetem a caracterizar-se masculinizando-se ou feminilizando-se.

Sobre os papéis específicos e articulados das instituições sociais na reprodução da dominação masculina, diz Bourdieu:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo... ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres(...) (BOURDIEU, 1999, p.103-104)

Sem dúvida, este processo histórico de reprodução da visão e divisão de mundo androcêntrica se inicia na família, do ponto de vista da educação individual, mas não se limita a esta instituição social, cuja influência parece cada vez mais limitada, do ponto de vista social, na medida em que se reduziu o tempo de convivência familiar, pois é no contexto doméstico onde a dominação masculina encontra-se mais evidente. De acordo com a teoria da dominação simbólica de Pierre Bourdieu (1999), as identidades de gênero, que se definem em relação ao outro (o diferente), os autoconceitos que prescrevem e proíbem os comportamentos e sentimentos de um homem ou de uma mulher, inscrevem-se no corpo. Moldados na e pela divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, os

habitus são desenvolvidos com base das concepções, dos pensamentos e das atividades dos indivíduos de uma sociedade, que são historicamente regidos e partilhados por outros indivíduos e institui-se para si como paradigma. Nesse contexto, os dominados contribuem para a própria dominação:

E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que faz, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (BOURDIEU, 1999, p.45)

A dominação não é simplesmente resultante “da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada, ou até mesmo calculada” (BOURDIEU, 1999, p.49). A violência simbólica – violência dócil e quase sempre imperceptível, cujo efeito característico é a submissão encantadora – se estabelece através da adesão do dominado ao dominante, ou seja, à relação de dominação, porque os esquemas, as categorias construídas do ponto de vista dos dominantes que o sujeito dominado põe em ação, a fim de se enxergar e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes: elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro entre outros, resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. Os discursos, as razões e as justificativas que corroboram e sedimentam as relações de dominação enraízam-se em um corpo nelas formado e conformado, em emoções, paixões e sentimentos, disso decorrendo o eventual conflito entre discurso e comportamento, intenção e ação.

Ao reconhecer que o poder simbólico não se pode praticar sem o apoio dos que lhe são subordinados, e que só se subordinam a ele porque o edificam como poder, ressalta a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes, por isso, as paixões do habitus dominado (do ponto de vista do gênero, da etnia, da cultura ou da língua), lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora.

Em suma, para Bourdieu (1999), a dominação é um efeito ideológico e um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos, que impõe aos oprimidos limitações nas suas possibilidades de pensamento e de ação, sem eliminar espaços de resistência cognitiva crítica. Assim, para Bourdieu (1999), os habitus masculino e feminino são inseparáveis das estruturas que os produzem e reproduzem no contexto da economia dos bens e das trocas simbólicas, ou seja, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial. Muito além da economia da reprodução biológica, a divisão de sexo e gênero está inscrita na divisão das atividades produtivas e reprodutivas, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui, exclusivamente, aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, e nos habitus de seus protagonistas: mulheres, reduzidas à condição de objetos de troca; e homens, garantir a manutenção ou ampliar o capital simbólico da fecundidade, do matrimônio, da economia e de sua continuidade, e estas, pré-determinadas para repassar os privilégios e os poderes adquiridos.

Diante do exposto, as discussões empreendidas por Bourdieu vão nos fornecer subsídios para investigarmos como tais elementos masculinos são apresentados no referido

romance. Nosso objetivo não está em propor uma análise separatista, que privilegie o gênero masculino ao feminino, ou vice-versa, tampouco, categorizar o que é pertinente ao gênero feminino e o que é próprio do gênero masculino. Nosso intuito está em demonstrar como se constitui traços de masculinidade através das ações desenvolvidas por uma personagem feminina, Dona Guidinha do Poço.

2. A personagem Dona Guidinha: A construção do feminino através do masculino.

No contexto social em que as mulheres, precisamente, as nordestinas eram criadas e educadas para desempenhar o papel de mãe e cumprir com as tarefas domésticas, num matrimônio quase sempre arranjado, tão logo se percebessem os primeiros sinais da adolescência, Dona Guidinha infringe com essa estrutura ao escolher, ela própria, o marido, e somente aos vinte e dois anos, idade em que as moças já eram consideradas solteironas. O narrador mostra que a seleção de Dona Guidinha não se deveu ao fato de se achar madura e não ter alternativa, ou ainda pelo fato de não ter muitos pretendentes. Contraposto, “parece que primeiro quis desfrutar a vidoca” (PAIVA, 2004, p.11), e, a despeito de ser descrita como “feiosa, faixa, entroncada, carrancuda ao menor enfado” (PAIVA, 2004, p.16), a florava nos rapazes tamanho afeto que um deles teve que ser arrancado à força bruta, para dela se afastar. E, também não era motivo de tanto interesse por parte dos rapazes o poder econômico que Dona Guidinha dispunha como esclarece o narrador, “Naquele sertão havia por esse tempo muita abastança, por modo que um grande pecúlio não era lá nenhum desses engodos” (PAIVA, 2004, p.16).

Dona Guidinha era filha única, o que já rompe com o modelo de família típica nordestina, em que a estrutura familiar consistia na sua base, por uma prole numerosa. Guida assumia, sozinha, a responsabilidade de gerenciar seus recursos, administrar a fazenda e se fazer respeitar, pois, órfã de mãe, fora educada pelo pai, que não se lhe impunha qualquer traço de autoridade. Essa situação corrobora com a personalidade forte e autoritária que, desde sua infância, já se demonstrava:

Aos dez anos, achando que já não era para andar de ancas, pois já lhe gabavam à avó que parecia uma mocinha, obrigou o pai a mandar fazer-lhe um cilhão pequeno apropriado aos seus quadris. Aos quatorze anos, quando as nossas meninas são feitas de amor e de susto, Guidinha atravessou o impetuoso Curimataú, de margem a margem, só porque uma outra duvidou. (PAIVA, 2004, p.15-16).

Guida escolhera o marido, ação, essa, despreendida de qualquer interesse econômico ou outro que existisse, ou ainda desprovida de um sentimentalismo romântico que arrebatava as moças daquele período com o intuito de construir uma família e mudar sua condição social, Dona Guidinha infundia as regras em sua casa. A palavra de ordem era sua e a última também. Fato este, que, não se restringia à casa, porém em toda a região onde o seu poder se propalava. Na vida política, religiosa e comunitária do lugar, respeitada e tímida, impunha sua autoridade, hábil de fazer e desfazer casamentos, mandar prender e mandar soltar, proteger e perseguir, tendo sempre a figura do marido subordinado de suas ações.

Essa postura da personagem de conduzir as ações, no enredo, não se delimita apenas por uma mulher que quebrou com os ditames de sua época, contudo, existem traços de sua

personalidade, revestido de atitudes masculinizadas por não possuir um modelo de feminilidade pertinente à figura da mulher desse período.

Assim, como fora dito, Dona Guidinha exercia seu poder ativo dentro de uma sociedade, as características assumidas por ela sempre estavam ligadas aos elementos pertencentes ao contexto masculino, posto que, até a forma de referenciá-la estava em torno de uma imagem masculina.

Referindo-se à sua relação matrimonial, o casamento fora para Guida apenas o cumprimento de uma fase, em que ela, como mulher, deveria enfrentar. Não havia uma inspiração conjugal que envolvesse seu pensamento. Casou-se com o Major Joaquim Damião de Barros, Senhor Quinquim, dezesseis anos mais velho do que ela e que possuía um poder econômico bem inferior comparado ao patrimônio deixado pelo pai de Guida, Reginaldo Venceslau de Oliveira. Desta forma, o casamento fora baseado em um jogo de oposições simbólicas, no qual predominou o poder econômico, mesmo que a narrativa não apresente registro de um suposto interesse econômico por parte do Major Joaquim. Este casara com o sentimento amoroso para com Margarida.

Margarida era generosa para com os retirantes que passavam na sua fazenda e seu esposo não aprovava essa atitude, então, numa discussão sobre sua caridade, ela deixa clara quem tem o controle da situação:

Margarida calou-se; e continuo, na expansão natural de uma vontade sua. Até, pelo contrario, parecia tornar-se mais mão abertas para com os famintos. Terceira admoestação do marido. Então ela voltou-se lhe friamente:

- Eu dou do que é meu.

- E agora, Senhor Quinquim, que responder-lhe?

- Murmurou consigo o Major. Ela dá do que é seu!

Dá do que é seu!

(...) O homem quando a desposava possuía apenas alguns vinténs de seu. (...) Amara à margarida em demasia, creio, e o vigor nervido e musculento da herdeira do marinheiro Reginaldo Venceslau era como um mourão a que o Senhor Quinquim se deixara gostosamente sojigar. (PAIVA, 2004, p.19).

É importante observar que, apresentou-se um lado cauteloso por parte de Margarida, pois foi na terceira advertência de seu esposo que ela declara seu domínio financeiro. A atitude manifestada pelo Major Quinquim demonstra o aniquilamento de sua argumentação e, assim, ele não retruca em voz alta, apenas murmura sem deixar transparecer seu mal-estar com aquela situação. Sua ação corrobora, portanto, com um ato de dominado perante o dominante, que não contradiz aquilo que lhe foi apresentado. E, logo após essa discussão, o narrador relata como era de fato o poder econômico de Major Joaquim quando desposara Margarida, confirmando, talvez, a postura de condicionado do marido à sua esposa.

Nesse aspecto, Bourdieu (1999) afirma que há diferenças marcantes ditadas pelas instituições que encontram o poder e intervêm no mesmo, como a Escola, o Estado, a Igreja, a família e o próprio mercado. Os melhores são tratados como objetos ou como símbolos cujo sentido lhes está alheio e cuja função é manter o capital simbólico especialmente a forma em poder dos homens.

Nesse caso, particularmente, Margarida não apresenta esse traço destacado por Bourdieu, quando revela que o poder encontra-se no homem, porque é a própria que dita e regulariza os valores simbólicos no seu contexto social, o papel de manter sua honra e seu poder encontra-se nela. Assim, Guida subverte a assertiva apresentada por Bourdieu, isto é, ela

apresenta o controle do capital simbólico para sustentar-se e a função do homem trata-se, apenas, em fortalecer sua autoridade. O traço destacado por Bourdieu, o poder dos homens, desponta em Margarida, e não aparece no Major Joaquim. Vejamos, pois, a voz do narrador nessa passagem do romance: “Margarida era, pois uma criatura como ela mesma. Em casa, de branca, ela. O mais, preto, inferior, escravo, até o próprio marido, branco é verdade, mas subalterno pela sua índole e por não ter trazido ao monte um vintém de seu” (PAIVA, 2004, p.129).

Essa percepção parece estar sendo associada a uma questão de classe social, e conseqüentemente, ao poder econômico. Em primeiro lugar, a atitude do Major Joaquim de ser subordinado à sua esposa, pois esse não tem reação perante Guida. Em segundo lugar, a percepção do narrador quando exemplifica a posição financeira de “Quinquim” e o lugar que ele ocupa na vida de Margarida “um subalterno”. Isso demonstra que nesse contexto histórico que perpassa o romance, um dos elementos de identidade masculina, isto é, o poder econômico, transfigura-se para a personagem feminina, Guida, demarcando-a nessa sociedade com o traço pertinente do mundo masculino.

Ao longo do romance, não percebemos reflexões do personagem, Major Joaquim, sobre sua função de marido, nem sobre sua condição de gênero nessa relação conjugal. Fato, este, observado, também, nos funcionários da fazenda, que só obedeciam às ordens de Dona Guidinha e não reclamavam dos lugares sociais que ocupavam. Os funcionários a tratavam com medo e respeito, resquícios de um sistema escravocrata que envolvia sua fazenda. Para abordá-la, eram utilizados termos como “Sra. Dona Guida” ou “Sra. Guidinha” “Inhora”, e ainda “Sinhazinha”.

Alguns funcionários a enalteciam, outros reconheciam sua generosidade, mas sabiam de seu temperamento forte. Na opinião de Carolina, funcionária da fazenda, a generosidade de Margarida era sua maior qualidade, quando a própria diz – “a Sra. Dona Guida era uma fulô, ninguém era pobre tanto junto dela...” (PAIVA, 2004, p.30). Já no diálogo entre Secundino, sobrinho do Major Joaquim, e um menino na redondeza, este narra um lado violento de Dona Guidinha, nos lembrando das atitudes cruéis exercidas pelos senhores de engenhos.

A senhora era boa para os escravos?

Inhor, sim, mas às vezes usava de barbaridades, às vezes eram muito rispe. Gostava muito de guardá rixa. Quando tinha raiva era capais de matar... Ele havia levado ua vez ua surra qui ela deu qui ficou cas costa ferida. Mas tirante disso, era boa dimais. (PAIVA, 2004, p.34).

Paradoxalmente, podemos refletir como uma personagem feminina se envereda por dois comportamentos tão distintos? No decorrer da fala do menino, percebemos que foi a própria Margarida que surrou o menino ao ponto de machucá-lo gravemente. Este ato representa e remete ao mesmo tempo a forma como os senhores de engenhos utilizavam para se respeitar perante uma classe trabalhadora, os escravos. O uso da violência física era o recurso usado para o castigo e para impor-se. Além disso, a questão de raça é acentuada como forma de segregação. Essa forma de agir é característica do perfil masculino desse período, pois era assim que agiam os senhores, donos de fazenda, visto que, Dona Guidinha é mostrada pelo discurso do garoto, como uma figura feminina que age da mesma forma que os coronéis fazendeiros. Dessa forma, evidenciamos um traço pertinentemente masculino transfigurado numa atitude desempenhada pelo gênero feminino – Dona Guidinha.

Os funcionários da fazenda Poço de Moita não questionavam as ordens que lhe eram impostas, apenas obedeciam sem questionamentos e não mostravam má vontade na execução de suas tarefas, “Suas ordens serão cumpridas, Seá Dona Guidinha!” (PAIVA, 2004, p.154)

Na estrutura de uma sociedade, as esferas sociais tais como: igreja, política, família, observa-se que existe a predominância dos líderes para argumentar suas posições, e geralmente, numa sociedade com o modelo patriarcal e localizada no sertão nordestino, essa personalidade se restringia a uma imagem masculina, entretanto, no romance analisado, Dona Guidinha infringe com esse padrão, influenciando assim, as decisões seja na igreja, na política ou na justiça.

Nas instituições religiosas Dona Guidinha não se intrometia, visto que, a igreja católica contribuía de certa forma para alimentar seu poderio. A Guida era considerada uma “notária de arromba” e o Padre João Franco era amigo íntimo de sua casa, além de ocupar a chefia do partido político em que Guida compactuava. Em um determinado episódio, a celebração de uma missa, percebemos que o espaço em que deveria ser todos tratados de forma igualitária, a igreja, faz-se notório a submissão das pessoas para com Margarida. Na atitude de tirar o chapéu, os homens demonstraram que a ela seja dado o devido respeito, e ao marido Joaquim, apenas a sua singela presença.

Enfrentando ao grupo dos homens da terra, que conversavam à porta do lado, todos lhe tiraram o chapéu, fazendo mesura de cabeça. O Quim tomou para o conluio, as pernas abrindo caminho de dentro da roda que fazia o panudo sobrecasaco; a mulher, porém, com as outras, seguiu a entrar pela frente. No patamar os pés-de-poeira, os de camisa e guarda-peito, os de chinelo ou de sapatão de carnal, os de pequena condição abriram passagem à Senhora Dona Guidinha com umas caras de satisfeitas de fiéis súditos. (PAIVA, 2004, p.85)

Em relação à esfera política, Dona Guidinha era participante ativa. Apoiava o partido dos liberais e no período de eleições sua casa na província de Cajazeiras servia como ponto de apoio para alimentar os eleitores e para compra de votos. Entretanto, havia uma disparidade entre o pensamento de Guida e o pensamento dos demais liberais.

Guida achava que os liberais deveriam ser mais agressivos com o partido dos conservadores, mas como eles poderiam ter tal atitude tendo um vigário como presidente do partido? Com a derrota do partido liberal, Guidinha fica desapontada com o fracasso do partido. Então, no momento impetuoso, ela profere:

– O Combute, meu Jesus! – bramava ela. O Combute! Aquele excomungado que mandou citar a mãe por meia pataca, aquele bicho que vive socado na fazenda sem ouvir missa, um miserável que come até passarinha de boi, ganhar uma eleição em Cajazeiras! Mas isto é só porque Margarida Venceslau não veste calças! Pois agora correram com medo de mata-cachorros? Isto lá são homens! (PAIVA, 2004, p.97)

Conforme visto, Margarida acredita que se não estivesse na condição feminina, isto é por não usar calças, a situação do partido ia ser bem diferente. Quando ela diz essa lamentação, a intenção de seu discurso é dizer que os homens que pela cultura modista vestem calças, não foram corajosos o suficiente para reverter o quadro negativo do partido.

Talvez porque Margarida entendesse que existem traços comportamentais que pertencem ao contexto masculino, e que para ela não faltam coragem e determinação igualmente aos de um homem, teria que agregar para si aspectos masculinos, que superam o âmbito da personalidade e se adentram em hábitos culturais para o período vigente.

Dessa forma, Bourdieu concluiu que a oposição masculino/feminino está inserida num sistema de oposições, homólogas que se reforçam mutuamente. Todas as outras oposições como alto/baixo, frente/atrás, esquerdo/direita, reto/torcido, duro/mole, dentro/fora, entre outras, são confirmadas pela natureza das coisas como oposição geográfica, ciclo biológico, agrários ou cósmicos.

A divisão dos gêneros inscrita na ordem social das coisas, a divisão dos dias, do calendário de atividades rurais, de espaço, bem como a oposição entre a casa e a assembléia, todas as *divisões objetivas* se vêem inscritas nos corpos, na forma de disposições e se tornam *princípios subjetivos de visão*, categorias cognitivas através das quais os indivíduos vêem e constroem o mundo como realidade significativa, viva. Tendo se originado do mundo, tais esquemas de percepção estão de acordo com a ordem objetiva das coisas e nos inclinam a tomar o mundo como dado. Essa concordância espontânea entre as estruturas sociais e as estruturas cognitivas – quando ocorre – é a base da *experiência dóxica da dominação masculina* como inscrita na natureza das coisas, invisível, não questionada. (BOURDIEU, 1998, p.18).

Faz sentido pensar mais profundamente em algumas colocações de Bourdieu quando afirma que, nas sociedades por nós conhecidas, a ordem masculina impõe-se como uma evidência natural, não precisa justificar-se e parece ser até mesmo universal.

No âmbito da justiça, a autoridade de Margarida vigorava livremente. Sua influência era tão grande, que se fosse do seu interesse, mandava soltar preso e revogava decisões de juízes, pois o que prevalecia era sua ordem. Podemos afirmar, categoricamente, que sua atuação encontra-se fundamentada no seu poder econômico, mas, acreditamos que esse fator, seria apenas, um dos aspectos que a consolidou nessa sociedade. Na discussão empreendida até aqui, observamos que ela utilizou-se de outros mecanismos para se manter firme na fazenda Poço de Moita.

A protagonista do romance homônimo sabia argumentar quando o assunto era interceder por alguém de sua confiança. É interessante notar, que, em um ambiente que prevaleciam homens como policiais, subdelegados, juiz, - Margarida era ouvida e tinha o seu pedido atendido, e geralmente, nesses espaços, quem intercedia por alguém, eram os fazendeiros, visto que, uma mulher dirigir-se a um homem fardado era um sinal desvirtuoso para a condição feminina daquela época.

– Compadre, que é isso? – disse ela para o subdelegado. Solte ao menos o Silveira, que é meu vaqueiro.

– Tá preso pra recruta!- respondeu a autoridade.

– Você me dirá para que o Rei quer mais gente? Como é que se arranca um pobre dos braços de sua mulher e de seus filhos para mandar de presente para o Rio de Janeiro? Só porque num dia de festa saiu de sério?

O subdelegado ficou calado um pedaço, como refletir. Depois, sem nada mais acrescentar, disse apenas, num gesto rápido e decidido:

– A comade está servida, louvado Deus. (PAIVA, 2004, p.83)

“As palavras compadre” e “comadre” transmitem uma sensação que os interlocutores tinham uma proximidade latente e a exaltação a Deus pelo pedido concedido do policial

indica que a solicitação foi analisada como “bons olhos”, ou seja, de maneira agradável, que não houvesse impedimentos por parte da política. Outro momento foi a absolvição do juiz de direito em relação ao personagem Secundino. Com sua argumentação, o juiz dispensara as injúrias do rapaz. “Secundino foi chamado à responsabilidade por injúrias verbais, mas a Guida com uma palavra, fez o juiz desistir da ação.” (PAIVA, 2004, p.89).

Essas atitudes se justificam porque o narrador relata que “Era de costume, daquela senhora, pródiga, respeitada, festeira e influente, soltar criminosos, obrigar a casamentos, e ser sempre assim honrada de longas comitivas à entrada e saída da vila, tanto mais quanto poucas vezes no ano ela agora ali” (PAIVA, 2004, p.125).

Essas atitudes que Dona Guidinha pratica para solucionar alguns contratemplos que aparecem na rotina da província de Cajazeiras e na sua fazenda corroboram para uma postura masculinizada, de maneira que a personagem exerce um papel na história que remete a um “habitus” que pertence ao contexto masculino. A influência e a aceitação de suas ordens ultrapassam as questões econômicas e encontram respaldo na maneira como ela se posicionou e de como os outros a enxergavam nos seu espaço social.

Evidencia-se a percepção que os personagens na trama têm em relação à Dona Guidinha. Apesar de ser uma personagem feminina, seu sexo não era suficiente para referenciá-la, geralmente, quando reverenciada, seu nome estava associada a um personagem masculino, e nesse caso, mesmo casada, na maioria das vezes, seu pai era a referência. Isto é, pela posição social que lhe servia de atributo, Capitão mor da vila, e consequentemente, pela sua posição econômica. Tal fato pode ser observado, quando Sinhá Aninha dirige-se a Guida:

– Meu bem, se assente, Guidinha! Eu chamo ela Guidinha Ora! Ora! a Guidinha do Capitão Mó, que eu conheci pequenina! Ora, mamando! Você ainda se alembra do meu lançol, que você queimou cas outras com traque de São João, menina? Isso é que foi menina encapetada ...(PAIVA, 2004, p.81)

Em outro episódio, a personagem Ana Balaio, em um ato de gratidão - na voz do narrador: “Ana Balaio, durante toda a semana, não teria outro assunto senão ao ato da *fia do Capitão-Mó* (PAIVA, 2004, p.84) isto é, Ana a chama pela figura paterna. Igualmente, ocorre com a chegada do sobrinho do Major Joaquim, Secundino, que se instala no Poço de Moita e, posteriormente, tem uma relação extraconjugal com Dona Guidinha. Na narrativa Secundino é referenciado no Poço de Moita e na província como sobrinho de Dona Guidinha e não pelo grau de parentesco sanguíneo com Major Joaquim.

Por sua vez, Secundino incorporou para si o parentesco e começou, também, a chamá-la de “tia Guidinha”. Todavia, Margarida não se agradara desse tratamento, “Margarida teve um sorriso insignificante. Um rapaz daqueles a chamar-lhe *tia* como se quisesse ir logo erguendo entre as boas liberdades dos sexos diferentes uma barreira de tédio!” (PAIVA, 2004, p.62). O motivo de tal descontentamento seria a relação tia-sobrinho que apresentaria um limite afetivo para a liberdade de gênero que, uma relação homem – mulher pode ser representada sobre vários aspectos, sob a intencionalidade que cada parte pressupõe nessa inter-relação. A necessidade de identificação social é própria do ser humano e, principalmente, quando os laços sanguíneos e familiares são mais fortes. Entretanto, essa necessidade se legitima no aspecto da posição social que a protagonista detém. Então, podemos concluir, que Secundino e o Major Joaquim, ambos pertencentes ao gênero masculino, na constituição da identidade social, apresenta um afastamento tanto no gênero como no aspecto familiar, enfatizando a priori a marcação por alguém de gênero oposto, feminino, que não é evidenciado na obra como elemento inferiorizado. Secundino era somente sobrinho de alguém que não possuía posição social de agente, e dessa forma, a busca

da identidade é muitas vezes manifestado por alguém que se vê inferiorizado, ou busca uma posição melhor do que está ou quer manter o que tem. Nesse caso, Secundino é apresentado no enredo como um foragido da justiça, acusado de assassinato, que chegou ao Poço de Moita com o propósito de se esconder e mudar de vida. Margarida apresentava traços comportamentais que remetem a um comportamento masculino. Isso indica que as representações de aspectos masculinos funcionam, assim, como uma demonstração de prova para se obter os benefícios disponíveis mantidos pelo regime de gênero aos que eles fizeram se valer, conseguinte, quando se trata de segmentos desfavorecidos, nesse caso, em relação à economia de poder simbólico social.

Nas relações sociais que constituem uma sociedade, as forças simbólicas regem e estruturam um sistema, na qual, os lugares imaginários dos agentes serão espaços de sentidos estruturantes onde as experiências passadas e presentes pressupõem a diversas relações com distintos lugares simbólicos, que afetam sua conduta integralmente, considerando suas condutas e disposições corporais, também, constitutivas de cada lugar imaginário. As habilidades perceptivas em um habitus masculino, oriundo do âmbito das relações de gênero, geralmente, demonstram que nas vivências interacionais da masculinidade, as diferenças de habitus não se restringem a gestos, vocabulário, *hexis* corporal, mas obterão funções essenciais em outros aspectos, como projeções de vida, a valorização de elementos cognitivos, em seu conjunto, percorrer as múltiplas possibilidades de atuação vislumbradas pelo agente em sua trajetória social, bem como ele entenderá como sendo o ideal masculino. Parece-nos, que, a narrativa apresenta essas relações interacionais como um espaço onde o esforço, a luta, as amarguras da vida, a glória, fossem elementos que insurgem com primazia para se manter na sociedade.

Nesse caso, o casamento visto como consequência natural na vida do cidadão comum e também como uma barreira contra os vícios e a degeneração e onde, geralmente, prevalece à dominação masculina sobre o gênero feminino pela condição submissa da mulher, fora o traço mais masculinizado e difícil na vida da protagonista, visto que ela casara apenas para cumprir uma etapa para os padrões sociais de sua época, regular e mandara na organização familiar com o seu poder, como se Guida fizesse um esforço árduo para confrontar com os desígnios de sua própria natureza, todavia, consolidava-se na sociedade. Podemos observar tal fato, na reflexão do padre João, e isto é posto na voz do narrador:

De fato o Padre estava convencido de que Guida sempre repugnara ao Quim, (...) Que de honesto podia haver realmente nesse leito matrimonial não purificado pela inclinação recíproca? Era prostituta, e daí para o adultério, um triz. Aquilo sim, era obsceno. Lá ele, com a sua Maria, não trocava o seu pecado, que Deus bem via, pela honestidade de certos casamentos... Bem faziam os que tinham em casa a amásia. E depois, o prazer da existência consistia na vida de relação. E para isso era de ver-se o esforço constante que fazia o homem, selvagem, bárbaro, ou culto, por divertir-se, por mostrar-se, por ter glória, por tudo enfim que resulta da vida em *sociedade*. (PAIVA, 2004, p.149)

Margarida cumprira um rito imposto por uma sociedade patriarcal e masculinizada. Entretanto, ela rompe com sua forma de agir perante um matrimônio, baseado no poder econômico e sem descrições sentimentais que envolvem seu casamento. Assim, o sacrifício demonstrado pelo vigário é o esforço que o ser humano tem que vivenciar e suportar para ter glória, e para Guidinha foi justamente o seu casamento.

Na tese de doutorado, *Dona Guidinha: o poço dos desejos*, Marta Célia Feitosa (2006) realizando uma análise dos elementos estruturantes da narrativa, aborda também, a composição da sexualidade da protagonista e afirma que,

Guida ousou realizar seus desejos, reconheceu o objeto de seu prazer fora do quadro da sexualidade lícita, que é o casamento, ferindo uma ordenação, um sistema sobre o qual repousam a eficácia e o prestígio. Assim como vida e morte, desejo e queda, também transgressão e punição se conjugam como parte de um sistema que extirpa o prazer e o classifica como pecado. (BEZERRA, 2006, p.108)

Na discussão realizada por Marta Célia (2006), Dona Guidinha representa a transgressão do feminino. O adultério e os impulsos de poder e força são considerados elementos de sedução e são vistas sob o prisma do desejo, revelando assim uma nova condição feminina. Guida queria somente a realização de seus desejos, viver sua sexualidade e encontrar o prazer. Não existiam traços de sentimentalismo nas relações amorosas de Guida, nem com o marido, como também com o amante.

Não discordamos com o posicionamento da pesquisa empreendida pela doutoranda, visto que, a sua abordagem está voltada para a modernidade feminina que a personagem incorpora na narrativa e suas contribuições são relevantes para a grandeza da obra.

Entretanto, entendemos que mesmo Dona Guidinha assumindo sua sexualidade, como desejo físico, muito mais do corpo do que do coração, a forma como a personagem encara seus impulsos sexuais demonstram traços masculinizados, mais do que femininos. Conforme Bourdieu, a percepção de como a personagem encara seus instintos corrobora para uma imagem masculina, que tende a ser comum e universal.

Dona Guidinha está mais preocupada em satisfazer seus desejos, do que fazer uma imagem de mulher patriarcal, submissa e inferiorizada. O divórcio para Guida não tem sentido de liberdade, mas de desonra. Naquela sociedade, perder o título de mulher casada tornava-a de forma igualitária a outras mulheres inferiores em prestígio e poder. Então, ela resolve mandar matar seu marido, não pelo fato da descoberta da traição, mas pela sua honra.

Intentar divórcio contra ela?... Por adultério?...Que estava sendo ela então para todo o Ceará, para todo o mundo, que a ruim fama corre mais que o pensamento, senão uma morixaba? Era mister uma desafronta capital de semelhante injúria. Questão de ponto de honra. Assim gerou-se-lhe uma ideia sinistra. Não era mais a mulher, nem o marido, nem o homem, senão o indivíduo, independente de sexo e condição, o espírito do bárbaro sertanejo antigo, reencarnado, que queria vingança à luz do sol. (PAIVA, 2004, p.148)

Percebemos que a vingança não parte de Major Joaquim por ter sofrido o adultério, entretanto, o plano de lavar a honra é planejada por Guida, com o intuito de não ficar desmoralizada no Ceará. Tal ação transcende o âmbito feminino e corrobora no âmbito masculino, que se preocupa com a moral e a imagem que estabelece dentro de uma sociedade. O dominante impõe-se ao dominado.

Guida entrou sobranceira pela rua Grande, o cavalo numa estrada alta. A chapelinha um tanto pra trás, deixando a testa quase no sol. A saia de montaria, de Bretanha, arfava ao vento, produzindo uma irritação estranha aquele pano branco na alma enlutada da população. Guida olhava a turba com admiração, que ao povo parecia petulância, e por vê-la açoitar o cavalo, diziam que ela acenava com o chicote para eles. (PAIVA, 2004, p.166)

A sociedade sentencia Dona Guidinha não pela morte de seu esposo, nem pelo adultério. Guida foi julgada por aniquilar um sistema de dominação, de exclusão, de tal forma que, o que morrera foi sua moral e seu poder, modelados ao sistema patriarcal. Margarida foi vítima do jogo simbólico que rege uma sociedade, de um lado dominante, por outro dominado, pois no contexto sociocultural desse período, afinal, a moral e o poder prevaleciam através da pena e do nanquim.

Considerações Finais

Propomos analisar em nosso trabalho a representação literária da personagem Dona Guidinha do Poço, no romance homônimo de Manuel de Oliveira Paiva. Procuramos, sobretudo, observar o seu processo de construção, considerando a relação entre a obra e o contexto político-social que a circundava. Desse modo, apresentamos, a seguir, algumas conclusões a que chega a nossa pesquisa.

Paiva assume, na criação de sua personagem, o aspecto moderno que movimentou a vida literária do país impulsionada pelas ideias vanguardistas e revolucionárias europeias e que aqui se embasavam, uma geração que se guiou pelo rompimento de paradigmas e pela luta libertária.

Como buscamos apresentar no decorrer do nosso trabalho, a criação da personagem Dona Guidinha do Poço foge aos paradigmas literários comuns, até então utilizados nas escrituras da literatura brasileira. Preferimos por defender e mostrar, ao longo de nossa análise, que o romance de Paiva e, especialmente, a personagem Dona Guidinha, se pautam pela originalidade e singularidade, observadas, principalmente, pela construção de uma personagem multifacetada que confere à obra seu traço inovador.

A possibilidade de descobrir outra Guidinha, por trás do lado feminino, mostrou-se possível pela visão do narrador e das personagens. A protagonista em suas atitudes pressupunha traços masculinizados para manter-se em uma sociedade patriarcalizada.

A linguagem no romance é traço primordial para se pensar a análise da personagem. A economia na linguagem e na descrição, no jogo do revelar e ocultar, evidencia um narrador que articula com (in)verdades, e outorga o leitor a consonância necessária para a descaracterização das situações que são demonstradas.

A narrativa oscila na sustentação do propósito do narrador e das personagens. Por um lado, a personagem Dona Guidinha representa a mulher generosa que zela pelos seus escolhidos, por outro, se apresenta como a irrupção do feminino, a transgressão de feminilidade para os padrões de sua época. Em Dona Guidinha, aspectos como força, poder e autoridade indicam atitudes masculinizadas, visto sob o prisma de uma sociedade masculina e patriarcal, refutando que esses traços são considerados femininos sob a ótica do desejo e impõe uma nova condição feminina como constatou a pesquisa de Marta Célia Feitosa (2006), considera-se que não estamos desconsiderando sua pesquisa, entretanto, diante de um texto literário, sabe-se que, podemos encontrar várias leituras possíveis e acrescentar informações relevantes, conforme a crítica literária, isto de fato enriquece seu valor literário.

A construção da personagem é resultado de um entrelaçamento de componentes que se interligam e se inter cruzam. Os aspectos históricos, sociais, culturais, tradicionais, propostos pelo imaginário compõem a base de estruturação da personagem. Dessa maneira, Dona Guidinha possui a marca da inovação, transgressão, temas raros à proposta sociocultural do século XIX.

Acreditamos que propor a leitura do romance de Manuel de Oliveira Paiva, sob o viés de traços masculinos presentes em uma personagem feminina representa um acréscimo relevante à fortuna crítica do autor, pois essa abordagem sugere outras interpretações que podem ser possíveis e plausíveis. Por fim, consideramos também relevante, a correlação que fazemos entre a voz do narrador e das personagens, pois apesar de alguns estudos apontarem o narrador como aspecto fulcral da obra, nenhum propõe ver o caráter masculinizado que perpassa pela voz dos personagens e pela visão do narrador nas ações desenvolvidas por Guidinha.

A análise pretendida em torno do romance de Manuel de Oliveira Paiva nos fez perceber que há muito ainda a desvendar. Infelizmente, por sua delimitação, esse trabalho não comporta a exploração dessas possibilidades. Entretanto traços importantes no universo ficcional do romance aparecem como merecedores de uma releitura crítica, para que se possa colocar **Dona Guidinha do Poço** ainda mais no lugar que lhe é devido na literatura brasileira.

Referências

- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BEZERRA, Marta Célia Feitosa. **Dona Guidinha: O Poço dos Desejos**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof^a. Dra. Beliza Áurea de Arruda Mello. João Pessoa: UFPB – LETRAS, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas (SP), 1998.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.
- _____. et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Coleção Debates)
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CUNHA, Cecília Maria. **Além do amor e das flores: a produção literária feminina no Ceará (1870 – 1920)**. Vol. 1. (Dissertação de Mestrado), João Pessoa: UFPB, 1998.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. Trad. Maria Helena Martins. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1974.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PAIVA, Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

ROCHA, Elisângela Aparecida da. Identidade Cultural do Sertão em Dona Guidinha do Poço. **Artigo publicado nos anais do Colóquio de estudos linguísticos e literários, ano de 2007, da Universidade Estadual de Maringá**. Disponível em: www.ple.uem.com.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_literarios/pdf.literario/034.pdf. Acesso em: 09 de janeiro de 2012.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Artigo publicado pela revista Perspectiva, ano de 2003, da Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210. Acesso em: 16 de janeiro de 2012.

TAMARU, Angela Harumi. **A construção literária da mulher nordestina em Rachel de Queiroz**. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Enid Yatsuda Frederico. Campinas: UNICAMP – LETRAS, 2004.